

A comunicação como ética da alteridade: pensando o conceito com Lévinas¹

Communication as alterity's ethics: explorations with Lévinas

La comunicación como ética de la alteridad: pensando el concepto con Lévinas

DOI: 10.1590/1809-5844201931

Luís Mauro Sá Martino¹

<https://orcid.org/0000-0002-5099-1741>

Ângela Cristina Salgueiro Marques²

<https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

¹(Fundação Cásper Líbero, Faculdade Cásper Líbero, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. São Paulo – SP, Brasil).

²(Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte – MG, Brasil).

Resumo

O estudo da Ética é relativamente comum nas pesquisas em Comunicação. No entanto, as abordagens geralmente se voltam para questões práticas e profissionais, delineando argumentos a partir de teorias normativas ou deontológicas. Este texto propõe, a partir da ética da alteridade em Lévinas, que o conceito de comunicação possui aspectos éticos, na medida de seu necessário direcionamento a outrem, tendo como pressuposto a abertura e a possibilidade de acolhimento da alteridade. Essa proposição é trabalhada em três eixos, de acordo com três condições principais para a ética da comunicação enquanto: (a) abertura e hospitalidade; (b) responsabilidade infinita diante do outro; (c) proximidade e interpelação do rosto como ponto inicial da comunicação. O objetivo não é propor outra “Ética da Comunicação”, mas entender a Comunicação enquanto ação ética.

Palavras-chave: Ética. Comunicação. Alteridade.

Abstract

Ethics is a common subject in Communication Studies. However, the approaches frequently focus on professional and practical issues and draw arguments from normative or deontological theories. This

1 Este trabalho é parte de pesquisa financiada pelo CNPq, Capes e Fapemig. Uma primeira versão foi apresentada ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 5 a 8 de junho de 2018.

paper, grounded on Lévinas' ethics of alterity, proposes that the concept of communication implies ethical concerns, insofar as its necessary addressing to others, having as its presupposition the openness and the possibility of accepting and hosting otherness. The argument develops threefold, as there are at least three main requisites to communication ethics: (a) openness and hospitality to the other; (b) the infinite responsibility towards otherness; (c) proximity and interpellation of the other's face as the starting point of communication. The idea is not to propose another "Ethics for Communication", but to understand Communication as an ethical action.

Keywords: Ethics. Communication. Alterity.

Resumen

El estudio de la Ética es relativamente común en la investigación en Comunicación. Sin embargo, los enfoques a menudo se centran en cuestiones prácticas y profesionales, esbozando argumentos de teorías normativas o deontológicas. Este texto propone, desde la ética de la alteridad en Lévinas, que el concepto de comunicación tiene aspectos éticos, en cuanto a su dirección necesaria a los demás, teniendo como suposición la apertura y la posibilidad de aceptar la alteridad. Esta propuesta se trabaja en tres ejes, de acuerdo con tres condiciones principales para la ética de la comunicación como: (a) apertura y hospitalidad; (b) responsabilidad infinita a el otro; (c) proximidad e interpelación de la cara como punto de partida de la comunicación. El objetivo no es proponer otra "Ética de la Comunicación", sino entender la comunicación como una acción ética.

Palabras clave: Ética. Comunicación. Alteridad.

Introdução

À primeira vista, a comunicação não ocupa um lugar principal dentre os temas na obra de Emmanuel Lévinas. O assunto aparece de maneira oblíqua em textos nos quais focaliza o diálogo e a relação dialógica. É certo que, em uma entrevista, Lévinas (1995) define a sua noção de comunicação como uma "filosofia do diálogo", equiparando-a com uma "filosofia primeira": o aspecto a ser sublinhado é o relacional do qual o diálogo é parte constituinte, não um "meio" para se chegar à alteridade. Mas, mesmo nessa aproximação, sua filosofia não parece ser uma filosofia do diálogo, como em Buber (2010), ou da hermenêutica, como em Ricoeur (1978). Seus escritos sobre linguagem ou sobre a questão do sentido também não parecem se direcionar para a configuração de uma teoria ou um conceito específico e não acreditamos haver nenhuma tentativa de esboçar um conceito de comunicação, menos ainda uma "Teoria da Comunicação". Embora a temática da linguagem e do discurso efetivamente apareçam em seus livros, seria difícil propor mesmo uma "teoria" a respeito desses assuntos que permitisse uma aproximação, mesmo transversal, com a Comunicação.

A palavra "comunicação", em particular, figura poucas vezes em seus escritos e, em geral, próxima do seu uso comum, sem uma maior definição ou busca de rigor conceitual que lhe imprimiriam uma direção específica. Menções à "mídia", tomada como "imprensa", são ainda mais raras e, em linhas gerais, a comunicação parece ser mais evidente quando

se trata de mostrar como o eu é constituído pelo Outro, em uma relação original entre dois interlocutores totalmente separados que não se comunicam via discurso, mas através do respeito e da responsabilidade que o eu assume pelo Outro, da hospitalidade do “Outro em mim”.

Essa relação sem relação, esse contato não mediado pela troca discursiva, poderia invocar, imediatamente, a pergunta sobre o sentido ou a necessidade de buscar uma aproximação entre Lévinas e a Comunicação. Seus conceitos principais, como Rosto, Hospitalidade, Alteridade e Ética, entre outros, não se referem diretamente a uma relação comunicacional e nem essa parece ser sua intenção ao desenvolver sua filosofia. Tais conceitos questionam o fato de o discurso (racional e pautado em princípios normativos) ter-se tornado “sem interlocutores”, uma vez que a impessoalidade da troca comunicativa racional tende a suprimir a alteridade do interlocutor e, também, a do eu falante, silenciando seus rostos.

Quando, no entanto, se observa a qualidade essencialmente relacional de seus conceitos, decorrente, sobretudo, da base fenomenológica providenciada pela filosofia de Husserl (2016) e sua referência constante a outrem, vislumbra-se uma possibilidade de aproximação com a Comunicação – ou, de maneira mais restrita, a uma concepção específica de “comunicação” proposta por autoras e autores em momentos diversos.

Mas, na ausência de referências diretas, de que maneira pensar a comunicação em sua relação com o pensamento de Lévinas?

Dois caminhos são descartados logo de início. Não se trata de pensar, de um lado, “a comunicação na obra de Lévinas”, trabalho exegético que talvez pertença mais aos domínios da Filosofia do que da Comunicação. Igualmente, não se trata de “deduzir” ou “construir” uma “Teoria da Comunicação” a partir de Lévinas. O foco deste trabalho é bem mais restrito.

Gostaríamos, neste texto, de propor uma leitura bastante localizada do fenômeno comunicacional em diálogo com alguns dos conceitos de Lévinas que podem contribuir para uma melhor compreensão da comunicação. Trata-se, portanto, de pensar a comunicação – em um sentido estrito, explicitado adiante – *com* Lévinas, não a partir dele ou em sua obra.

A perspectiva, aqui, é construir algumas interlocuções entre a noção de “ética como filosofia primeira” na obra de Lévinas e uma perspectiva de comunicação enquanto relação, desenvolvida, ao longo dos últimos anos, por Ferrara (2012, 2013), Braga (2010, 2011), Marcondes Filho (2011, 2012), Wolton (2011), entre outros.

A proposta, em linhas gerais, é pensar a ética como fundamento da relação comunicacional. Parte-se do princípio de que a comunicação, para se efetivar enquanto fenômeno de “compartilhamento” para além da simples “transmissão”, demanda a fundamentação de uma ética da alteridade. A dificuldade ou recusa na aceitação do fenômeno da alteridade impede a constituição de uma relação de comunicação.

Há uma demanda ética na relação comunicacional. Não apenas uma ética normativa ou deontológica, voltada muitas vezes para a delimitação do “certo” e do “errado”, sobretudo no âmbito profissional. A aproximação entre a ética de Lévinas e a comunicação que se pretende neste texto não pensa a comunicação como fenômeno passível de ser reduzido a códigos de conduta ou a uma tábua de princípios morais aplicáveis a qualquer situação:

entende-se a comunicação como ato inapreensível em sua totalidade, mas que pode ser aproximado a partir da constituição de uma ligação intersubjetiva entre sujeitos éticos vinculados no momento do ato comunicacional.

O objetivo geral da reflexão aqui apresentada é abordar três dimensões éticas da relação comunicacional na filosofia de Lévinas a partir, sobretudo, das noções de proximidade, responsabilidade e rosto. Nosso ponto de partida é a forma como Lévinas trata o encontro com a alteridade radical, em uma relação na qual o outro nos escapa constantemente, mas requer de nós, nunca sem traumatizar-nos e espantar-nos, hospitalidade, doação e justiça. Não é nosso intuito apresentar aqui uma abordagem empírica da noção levinasiana de encontro ético com a alteridade a partir da interpelação do rosto, uma vez que isso já foi feito em outros trabalhos (MARQUES; BIONDI, 2016, 2017; MARQUES; SOUZA, 2016, 2017; SOUZA; MARQUES, 2017; SOUZA; COELHO; MARQUES, 2016, 2017; MARQUES; MARQUES, 2017; MARQUES; MARTINO, 2018). Por isso, nossa estratégia metodológica é pautada pela sistematização crítica das dimensões éticas que envolvem a proximidade, o avizinhamo e a comunicação com outro na obra de Lévinas.

Este texto delinea, portanto, algumas relações entre certos aspectos da filosofia de Lévinas (1980, 1995, 2007, 2010, 2016), em particular seu conceito de uma ética da alteridade, e um conceito relacional de comunicação. O objetivo é pensar, a partir de Lévinas, a comunicação como fenômeno ético por excelência, na medida de seu necessário direcionamento a outrem, tendo, como pressuposto, a abertura e a possibilidade de acolhimento da alteridade.

Não se busca, aqui, discutir ou fazer uma exegese dos conceitos e categorias de Lévinas, mas pensar, com essas categorias, as implicações éticas de um conceito de comunicação. Por isso, as citações diretas ao autor, bem como explicações de seus conceitos são reduzidas, preferindo-se o tensionamento de seus pressupostos com as condições do fenômeno de comunicação.

Trabalha-se com a ideia de que o fenômeno comunicacional tem sua especificidade na ação intersubjetiva do compartilhar, não se confundindo com uma perspectiva de transmissão de informações. Essa proposição é trabalhada a partir de três aspectos da comunicação como ética: (a) como gesto de abertura de si e hospitalidade para o outro; (b) a responsabilidade diante do outro, construída na resposta à interpelação de seu rosto; (c) como espaço de presença do rosto como ponto inicial da comunicação. Esses três aspectos são precedidos de uma indicação contextual da noção de “comunicação” adotada aqui. A proposta do texto, a partir de Lévinas, não é propor, desta ou daquela maneira, a ideia de uma “Ética da Comunicação”, mas da comunicação enquanto ética.

Da estética à ética do fenômeno comunicacional

Quando se fala em procurar uma aproximação entre o conceito de “comunicação” e determinada autora ou autor, no caso, Lévinas, a linguagem traz uma armadilha inicial: de

qual conceito de “comunicação” se está falando? O exame das proposições em circulação no campo comunicacional mostra uma considerável ausência de qualquer tipo de consenso em relação ao que se entende por “comunicação” (MARTINO, 2009).

Como seria possível pensar “a” comunicação com Lévinas sem indicar um entendimento aproximado? Não é o caso, evidentemente, de propor uma definição e, menos ainda, de adotar alguma de maneira fechada, mas de indicar com qual delineamento do conceito de comunicação, elaborado na interlocução prévia entre pesquisadoras e pesquisadores da área, se está falando.

Esta primeira parte do texto tem como objetivo situar a questão de um conceito de comunicação pautado na relação com a alteridade, a partir do qual é possível pensar sua dimensão ética.

Historicamente, a área da Comunicação parece ter dedicado pouca atenção às características mesmas do que constitui o fenômeno comunicacional, seu núcleo central (MARTINO, 2007a; MARTINO, 2004, 2008, 2009). O pensamento teórico da área, ao que tudo indica, se direciona para o estabelecimento de relações entre fenômenos definidos como “comunicação”, sem uma maior preocupação em observar características que permitam identificá-lo para além de uma utilização enquanto instrumental teórico-metodológico ao qual se acrescentaria algum tipo de fundamentação específica.

No âmbito das Teorias da Comunicação, como adverte Martino (2007a), há a “crença” no fato de que existem teorizações sobre o fenômeno que nem sempre chegam a defini-lo – daí sua proposição, em momento anterior, de nos perguntarmos com certa frequência se “existem teorias da Comunicação”. Dessa maneira, diante da pluralidade – bem-vinda, sem dúvida, como sinal de vitalidade da área – é importante definir de qual comunicação se está falando.

O conceito de comunicação acionado neste texto não se pretende único ou necessariamente mais correto em relação aos outros que circulam na área. Trata-se, no entanto, de ressaltar um ponto de vista eminentemente relacional da comunicação, que dialoga com os elementos propriamente “midiáticos” mais em circulação no campo, sem se reduzir a eles ou torná-los uma condição necessária. A comunicação, aqui, é vista como um processo estético de relação com a alteridade, entendendo a “estética” não apenas no sentido de uma “percepção”, mas, também, em sua dimensão como momento de produção dessa relação.

Nenhuma pretensão de originalidade em relação a esse conceito, uma vez que indicações nesse sentido vêm sendo elaboradas, entre outros, por Ferrara (2012, 2013), Braga (2011, 2012), Marcondes Filho (2011, 2012), Wolton (2008, 2011) e Martino (2007b, 2016), sem a ideia de esgotar ou reduzir o tema.

Um ponto comum entre essas proposições parece ser a perspectiva de compreender a comunicação como um processo relacional, independentemente da presença de uma intermediação técnica – uma vez que o “midiático”, enquanto elemento de um “médium” de contato, parece figurar como pressuposto lógico em qualquer relação – responsável por

definir sua efetivação. Esses autores parecem buscar, em caminhos próximos, mas nunca idênticos, o delineamento de um fenômeno comunicacional no qual o estabelecimento da relação com a alteridade encontra um espaço fundador e fundamental.

Esses autores, em sua diversidade, parecem dirigir a pesquisa em comunicação para a construção de um olhar sobre as condições dessa relação com o outro diferente da perspectiva da “relação social”, própria à mirada sociológica, em prol de uma relação comunicacional mais próxima do desenvolvimento do fenômeno – sem, evidentemente, constituir, a partir disso, uma concepção ontológica ou essencialista da comunicação, facilmente transformável em conceito unívoco, fechado e, de certa maneira, contraditório em si mesmo.

Ao contrário, algumas das categorizações apontadas por esses autores para pensar o comunicacional se caracterizam pela abertura das processualidades em uma relação de hospitalidade, doação e responsabilidade com o outro. Os elementos próximos da abertura comunicacional parecem estar presentes, por exemplo, quando Ferrara (2013) diferencia a “comunicação” enquanto substantivo e, portanto, como um “algo”, e o “comunicar”, verbo indicador de uma ação, estabelecendo um componente dinâmico ao fenômeno. A perspectiva de uma abertura dinâmica parece igualmente estar presente na noção da comunicação como “tentativa”, proposta por Braga (2010) ou como “acontecimento”, definida por Marcondes Filho (2014), ou mesmo enquanto existência na “diferença” indicada por Wolton (2011).

O princípio da comunicação como fundamento, parte integrante dessa “ética como filosofia primeira”, é destacada por Marcos (2010, p. 244) ao afirmar que “a dimensão relacional, tensional, simbólica e mediada da experiência confere à Comunicação um lugar de princípio”. Nesse sentido, Guimarães e Lima (2013, p. 87) indicam que “com Lévinas, é a comunicação que permite a constituição do comum, o que, entretanto, não significa dizer que o comum surge no desenrolar ou na conclusão desse processo”. O ato do comunicar é pensado também por Marcondes Filho (2007, p. 59) como algo que “não se refere aos conteúdos que se inscrevem no dito – essa forma que se estabiliza pela lógica de uma lógico-sintática – que contam menos que o próprio dizer”.

Se existe, nesse aspecto, o que parece ser um princípio estético da dinâmica comunicacional, pautado sobremaneira na relação com o outro, cabe questionar em que medida isso não implica imediatamente a presença de uma alteridade com a qual se constitui essa relação – e, por isso mesmo, se constitui enquanto observação de um pensamento ético. Em outras palavras, delinear os espaços de fundamentação ética de uma estética da comunicação.

Evidentemente, não estamos argumentando pela localização de semelhanças entre todas essas concepções, cada uma delas fruto de formulações muito diferentes, com pressupostos e alcance diversos. No entanto, ao que parece, todas elas parecem fundamentar a comunicação como uma relação voltada para uma alteridade. É a partir dessa premissa, sem entrar nos pormenores da concepção de comunicação de cada autora ou autor citado, que se pode questionar qual é o lugar do fundamento ético da relação comunicacional – e pensá-lo com Lévinas.

Abertura e hospitalidade: do transmitir ao compartilhar

Em um texto escrito no início dos anos 1980, Lima (1983), retomando uma distinção de Williams (1974), propõe uma distinção entre os polos do “transmitir” e do “compartilhar” presentes na noção de “comunicação”.

Enquanto o primeiro aspecto ressalta a unidirecionalidade do fenômeno, entendido como a relação vertical, o compartilhar pressupõe uma relação pautada na horizontalidade. Imediatamente poderíamos problematizar, a partir de Lévinas (2015), que a horizontalidade não significa necessariamente a “igualdade” entre os participantes – igualdade em termos de possibilidades de fala, certamente, no sentido utilizado por Couldry (2006) –, mas não igualdade como ipseidade: a presença de um mesmo, neste ponto, torna-se um impeditivo para o estabelecimento da comunicação. Em relação a essa diferença e assimetria necessária entre eu e Outrem, Liesen (2012, p. 86) argumenta que

A distância entre eu e Outrem é infinita, mais ainda é a presença mesma do infinito. A presença precede toda significação. O face a face é o acesso ao homem em sua estranheza, pela palavra. Outrem interpela, ele fala, ele me fala. No mundo do Mesmo, o homem perderia a linguagem e o rosto, pois seriam desnecessários.

O compartilhar encontra, na diferença com a alteridade, sua possibilidade de existência: no momento em que se direciona para um outro diferente de si mesmo, abre-se a possibilidade de uma comunicação. O processo, no entanto, está longe de qualquer simplicidade: a existência da diferença não pressupõe, por si mesma, a noção de um processo de comunicação. Pode ocorrer, e é o que parece ter mais lugar na experiência cotidiana, um ato de informar, trocar dados resumidos na absorção indiferente da alteridade na experiência fraca do indivíduo ensimesmado em sua ipseidade distante de outrem.

Alves e Ghiggi (2012, p. 586) argumentam que, diferentemente deste reducionismo, desta “neutralização e desta assimilação em que o Mesmo possui o poder e a liberdade de tudo medir por suas categorias, inclusive a relação com o Outro homem, Lévinas descreve uma Pedagogia, um Encontro com Outrem a partir de uma perspectiva ética”.

O sentido da comunicação, neste particular, tem início no momento em que o indivíduo se abre para o fenômeno da alteridade. A condição de possibilidade do ato comunicacional, neste aspecto, se delimita inicialmente pela intencionalidade de uma consciência disposta ao deslocamento causado pela presença do outro que interfere em seu fluxo – e novamente a base fenomenológica de Lévinas vem ao encontro dessa perspectiva.

Marcos (2010, p. 242) recorda que, para Lévinas, “Sou *ser humano* na medida em que consigo sair do meu *ser* para me tornar *humano* na hospitalidade e acolhimento do outro”.

A abertura para receber o outro se traduz na noção de hospitalidade: a comunicação, neste sentido, não é apenas um ato de doação, mas, também, em termos complementares, de

recepção do outro em mim. Não a recepção da mensagem no sentido dado pelos chamados “estudos de recepção”, mas a recepção da alteridade como parte do ato comunicacional. Sem receber a alteridade, não se recebe sua mensagem: a abertura é também a hospitalidade para receber o outro.

Serra (s.d., p. 9) realça a validade dos pequenos gestos reveladores de uma ética de respeito à alteridade: “É certo que, não sendo a regra, a “comunicação de antes da comunicação” está presente em pequenos gestos do cotidiano, alguns dos quais descritos, de forma superior, pelo próprio Lévinas: a mão que se estende para cumprimentar o outro, o sorriso que se dirige ao desconhecido, os “bons dias” que se dão ao transeunte”.

Há uma diferenciação importante no sentido de separar o ato de “informar”, constituído pela transmissão de mensagens codificadas, e o “comunicar”, mais próximo do polo de um “compartilhamento”. Essa diferença, se não constitui necessariamente uma dicotomia na medida em que informação e comunicação são partes de um contínuo, por outro lado, é importante para lembrar que nem toda troca de informações se constitui como ato comunicacional. Ao contrário, informações costumam circular em sistemas relativamente fechados, ainda que em arquiteturas de rede, enquanto o fenômeno comunicacional se apresenta como algo maior, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e sociais daqueles envolvidos – e, portanto, uma abertura para se deixar afetar pelo fenômeno do rosto do outro.

Uma das perspectivas de Lévinas é colocar a ética como fundamento primeiro de toda filosofia, anterior mesmo ao ato cognoscitivo. O estabelecimento da relação ética se dá, recorda o filósofo, antes mesmo de qualquer tipo de conhecimento, na medida em que isso já se apresenta, em si, como uma alteridade. O imperativo ético de Lévinas, nesse sentido, se diferencia das éticas propostas antes dele, como a de Aristóteles, Kant e Hegel, por seu caráter não necessariamente normativo ou deontológico, mas enquanto ponto de partida da relação – a alteridade, neste caso, tem início com o próprio conhecimento ao se apresentar como um outro daquele que conhece.

No âmbito da relação com a alteridade em seu aspecto humano, esse conhecimento do outro instaura uma relação necessária de abertura de si mesmo para se deixar experimentar na relação com o outro. O ato de comunicar se apresenta, neste momento, como ação ética, na medida em que não existe comunicação sem a pressuposição de uma alteridade com a qual se estabelece um contato com a diferença, deixando-se afetar por ela. A comunicação, assim, se pauta na ética de uma experiência da alteridade constituída em todos os seus momentos e configurações formais – daí que o ato de comunicar independe da especificidade do *medium* para se instaurar. Daí que essa relação com a alteridade não depende da presença “física” do outro para acontecer, mas pode se instaurar em qualquer tipo de relação mediada na qual exista a presença dessa abertura para a alteridade.

Note-se que a referência, aqui, é à comunicação como ética, mas não da informação enquanto tal. A informação, enquanto dado inicial, o “*bit*”, não deixa de ser provida de implicações éticas, mas em outro sentido que não o explorado aqui. Santos (2004, p. 98)

ressalta a impossibilidade de compreender a troca de informações como “comunicação” quando se pensa em Lévinas:

Daí excluir-se toda a possibilidade de relação em espelho, simultânea, recíproca, onde o eu e o outro gozam do mesmo estatuto e onde a comunicação pode ocorrer em termos de troca de informação, idas e vindas de significações várias, ou onde – numa perspectiva pragmática – poderia estabelecer-se um consenso.

A abertura não existe no sentido de uma projeção, identificação ou empatia, mas no sentido de dar espaço para se ter a experiência estética do outro. Isso requer, evidentemente, um tempo para a experiência, raramente encontrado na velocidade das ações cotidianas – não por acaso, a velocidade é um aspecto fundamental da informação, mas não da comunicação – condições disso são tratadas em Trivinho (2011). O abrir-se para o outro é um processo inscrito em um tempo específico de re-conhecimento da presença da alteridade diante de mim e, nesse momento, instaura-se a comunicação.

O ato de abrir-se para outrem está no fundamento da comunicação como fenômeno ético. E se institui a partir do reconhecimento do outro como alguém com quem se está em relação a partir do momento em que se está na presença de seu rosto: neste ponto, afirma-se uma ética de responsabilidade com aquele com o qual se comunica.

Comunicação como responsabilidade

A comunicação começa com uma experiência de responsabilidade para com o outro. O ato de comunicar se instaura na responsabilidade de um compartilhamento com o outro, entendido em sua necessária diferença – sem a qual não existe intervalo ou espaço para o ato de comunicação – com a qual se pode “partilhar-junto”, “com-partilhar” determinado aspecto da existência ou experiência que se pretende compartilhar.

Algumas características etimológicas podem delimitar melhor a questão. A palavra “responsabilidade” está na mesma matriz de “resposta” e “respeito”. O latim “*respondere*” é a base das três e, como a partícula “re” sugere, há um sentido de reciprocidade implicada nas expressões. Responsabilidade, respeito e resposta se apresentam como partes de um todo na constituição do processo comunicacional com a alteridade. A comunicação está ligada ao sentido de responsabilidade por uma alteridade que se respeita e isso é materializado na resposta a outrem.

O estabelecimento de uma responsabilidade para com o outro, fundamental no processo comunicacional, se desdobra, também, como um respeito inicial pelo outro em sua condição de alteridade, que deve ser mantida e preservada como condição da comunicação. A partir desses dois gestos, a responsabilidade e o respeito, indica-se a resposta à alteridade: não, evidentemente, o ato relativamente simples de responder de qualquer maneira rápida e

apressada a uma pergunta feita, mas ao ato de resposta às injunções disruptivas provocadas pela presença do rosto do outro.

“O rosto me olha, chama por mim, me demanda” (LÉVINAS, 1995, p. 163), requer uma resposta. Ele não se reduz à sua manifestação física, mas remete à transcendência, pois continua a nos escapar independentemente do quanto seja conceitualizado ou interpretado. Tal liberdade não remete a um agente autônomo no sentido liberal do termo, mas à relação ética de consideração e escuta, gerando a possibilidade de acolhimento. Para Lévinas (2007, 2016) encontramos nossa liberdade servindo ao outro, oferecendo a ele hospitalidade.

Sua presença [do rosto] consiste em se despir da forma que, entretantes, já a manifestava. Sua manifestação é um excedente (*surplus*) sobre a paralisia inevitável da manifestação. É precisamente isto que descrevemos pela fórmula: o rosto fala. A manifestação do rosto é o primeiro discurso. Falar é, antes de tudo, este modo de chegar por detrás de sua aparência, por detrás de sua forma, uma abertura na abertura (LÉVINAS, 1995, p. 59).

O ato de se tornar responsável tem início nessa resposta à interpelação do rosto – e a resposta para com o outro, dentro de uma relação de identidade e diferença, define o aspecto do processo comunicacional envolvido na relação – e mesmo, de certa maneira, sua existência. É possível responder sem responsabilidade, mas isso não constitui em si um processo comunicacional na medida em que a alteridade não foi contada como espaço de diferença, mas de in-diferenciação em sua redução à ipseidade de quem informou, ainda que buscando resposta – o ato mecânico de informação que prescinde, não depende, das qualidades efetivas de quem se constitui em alteridade.

A ausência voluntária de resposta reduz o outro ao silêncio. Causa estranhamento e recorda ao outro sua condição de estrangeiro em relação ao mesmo; a ausência de interlocução define o sujeito em sua a-responsabilidade pelo outro que o convoca à responsabilidade para consigo: evento artificial, mas comum no cotidiano.

É perfeitamente possível trocar informações com uma pessoa sem se comunicar com ela: trata-se, no entanto, na violência da redução do outro a um “há”, presença pura, conforme sugere Lévinas (2015), que não se constitui no outro – simplesmente porque não há espaço para a comunicação. Cria-se um “espaço de silêncio” (MARTINO, 2007a, 2007b), no qual a alteridade do outro é registrada como simples presença ou dado e a comunicação se torna impossível porque indesejada na ausência de responsabilidade para com o outro.

Menezes (2008, p. 30) destaca que “a questão do Outro nasce, no texto de Lévinas, através da descrição do sujeito, do Eu, identitário em seu movimento e que, de repente, se percebe rompido pelo aparecimento do Outro”. No mesmo sentido, Alves (2012, p. 55) assinala que “a proximidade do próximo interrompe as etapas da consciência, porque

a significação é atribuída à própria significância, isto é, à linguagem anterior à língua. O próprio contato é comunicação sem frases e sem palavras”: uma relação sem relação.

O que Lévinas chama de “relação sem relação” é a interação original, acolhedora e assimétrica entre dois interlocutores totalmente separados, que não se comunicam via discurso, mas através de uma subordinação recíproca que dá origem a uma relação transitiva na qual o outro está sempre a nos escapar. O encontro ético que configura essa “relação sem relação” não se baseia no contato conflitivo, na disputa argumentativa e racional, na luta por reconhecimento mútuo ou mesmo na tentativa de, simetricamente, alcançar-se um entendimento sobre algo que se apresenta como problema coletivo (LIESEN, 2012; ZIELINSKI, 2004). O discurso original “não se estabelece entre iguais, mas entre desiguais, porque deriva de uma situação infinitamente complexa, um encontro desde posições diversas e irreduzíveis uma à outra” (SOUZA, 2000, p. 37). A ética desse encontro traumático, do discurso sem palavras que nos arranca de nós mesmos, precisa da assimetria radical dos interlocutores e não de sua decodificação recíproca ou mútuo controle.

Nesse encontro ético, o outro não é nomeado, controlado ou reduzido a um conceito, mas, sim, invocado, chamado, compelido a responder a uma demanda irrecusável. Segundo Lévinas (1987), a representação e a apreensão da alteridade pelo conceito são formas violentas de relação, imobilizando-a e transformando-a no “mesmo”. Assim, todo contato que se reduz a ver, apreender, conhecer, reconhecer e entender são pautados pela necessidade de adequação e redução da complexidade, para transformar o estranho em familiar.

A relação primordial com outro, contudo, visa acessar o outro em sua estranheza: ela é feita na linguagem, pois requer uma resposta ao outro diante de seu clamor, de sua demanda irrecusável (ROLANDO, 2001). Mas essa escuta e essa resposta não se organizam através de um modelo de conversação ou diálogo pautado pela simetria, pelo consenso ou pelo mútuo reconhecimento do estatuto dos falantes. Longe de ser uma interação ancorada na troca linguageira traduzida em signos e discursos atravessados por linhas de poder, hegemonia e assimetria, essa relação transitiva se organiza sob a forma de uma conversa instaurada antes do signo. Em entrevista concedida a Poirié (2007, p. 84), Lévinas indaga o seguinte:

Pode alguém ser para um eu sem reduzir-se a um objeto de puro conhecimento? Situado em uma relação ética, o outro homem permanece outro. Aqui, é precisamente a estranheza do outro, e se podemos dizer sua estrangeiridade, que o liga a você eticamente. É uma banalidade, mas é preciso espantar-se com ela.

Na “relação sem relação”, o outro permanece absolutamente outro, estrangeiro, pois a nossa dimensão “humana” requer a preservação da singularidade na distância da contemplação e do avizinhamo: sem essa preservação, a comunicação ética perde sua capacidade de atender ao outro e à particularidade situacional de seu sofrimento, ou seja, ao seu rosto (BURNS, 2008). O espanto diante da alteridade precisa ser preservado para

sinalizar que, diante do outro, não encontramos nunca o já familiar, mas sempre alguém que nos destitui de nossas certezas, em um exercício de despossessão e desterritorialização.

Assim, a relação com o rosto não se dá pelo conhecimento ou pela via da representação, mas pela sociabilidade, pela comunicação social que ocorre em uma temporalidade instaurada no acolhimento, na escuta e na resposta. A relação de comunicação, como resposta dada a uma alteridade que convoca incessantemente, é também o respeito pelo rosto do outro. De certa maneira, no rosto, não necessariamente no discurso, tem início o ato fundamental de responsabilidade ética a partir do qual se constitui o comunicar. O sentido de anterioridade do rosto em relação ao discurso não se pauta na questão do “não-verbal” como precedente do “verbal”, mas do sentido de convocação feito pelo rosto de outrem para que eu lhe dê uma resposta; não qualquer resposta, mas uma considerada com sua condição humana representada pelo rosto digno de respeito.

O olhar do outro interpela em uma relação de responsabilidade sem a qual a comunicação se torna impossível. O desvio do olhar diante do rosto do outro se constitui, nesse aspecto, como tentativa de fugir a essa responsabilidade para qual se é convocado. O desvio do olhar do outro, lembra Goffman (1983, 1978), em termos sociais, pode ser entendido como uma tentativa de escapar dessa necessidade de estabelecer uma ligação com a alteridade – talvez não seja coincidência, no plano das relações cotidianas, que essa atitude demonstre também uma “falta de respeito” para com a outra pessoa. Goffman, sem dúvida, escreve no plano sociológico, mas, talvez, seja possível ver aí também um indício do fundamento de responsabilidade para o estabelecimento da comunicação. Se, para Goffman (1999), o ato de olhar – ou seu correlato, desviar o olhar – está vinculado às condições de interação, o ponto de vista de Lévinas se ancora em uma etapa diferente.

Como recorda Zielinski (2004), a responsabilidade, para Lévinas, é “sem porquê”. A responsabilidade para com outrem é a condição e, por sua vez, incondicionada. Não existe uma razão para o sentido de responsabilidade para com outrem; é porque a alteridade existe que se constitui esse laço. Não existe razão, neste caso, para além de uma transcendência do outro – não há porque, existe o outro.

O ato de comunicação pressupõe essa responsabilidade originária para se constituir como ação na direção de outrem. A abertura do comunicar, recorda Ferrara (2012), se estabelece no sentido de criar possibilidades constantes e contínuas, diante das quais se forma uma relação.

O rosto como ambiguidade na Comunicação

Se a hospitalidade e a responsabilidade, como vistos nos itens anteriores, são elementos constitutivos iniciais da relação de comunicação entendida como ética, não se poderia deixar, por outro lado, de localizar, ainda que brevemente, o lugar reservado à imagem do rosto. Desprovido de toda a indumentária responsável por mostrar, antes de qualquer interlocução,

o “lugar de cada um” no âmbito social, o rosto se apresenta, na filosofia de Lévinas, como o aspecto mais direto da relação comunicacional.

O rosto do outro, em sua nudez desprovida de adornos, é o ponto de inflexão de uma igualdade na diferença. Ele convida e convoca a pensar a ipseidade que se reflete para fora de si em um intrincado jogo de espelhos – o rosto do outro é diferença absoluta, exceto pelo fato de que, nesse momento, lembramos de nosso próprio rosto.

A ambiguidade do rosto é destacada por Souza, Coelho e Marques (2016, p. 11), quando afirmam que a imagem “pode conferir rosto a um indivíduo, tornando-o sujeito a nossos olhos (a humanização depende da visibilidade do rosto humano) e, por isso, por permitir sua aparência, faz emergir o lugar da comunicação, da reciprocidade”. Por outro lado, prosseguem, “ela também produz a (in)comunicabilidade: um rosto que se nos apresenta via imagem pode, ao mesmo tempo, revelar um “em comum”, um incomum e uma parte de outrem que não se deixa apreender, que não consegue traduzir-se em comunicação”.

O rosto iguala na diferença sem reduzir o outro ao mesmo: o intervalo entre esses dois elementos é um ponto fundante da relação de comunicação. A visão do rosto do outro recorda a humanidade comum e torna impossível escapar dessa interpelação – daí, nesse sentido, se poder pensar também na “violência do rosto do outro” responsável por desafiar, fazer mover a consciência no processo de criação de sentido (LÉVINAS, 2014).

Em sua aproximação entre Lévinas e a comunicação, Marcondes Filho (2007, p. 62) indica justamente que “o rosto do outro é proximidade que não é sîgnica, não remete a nenhum tema, mas que se apresenta apenas rastro de si mesmo, algo que me importuna, que não se iguala a mim”.

O rosto de outrem está no início da convocação do fenômeno comunicacional. Como recorda o próprio Lévinas (2015), é difícil ficar em silêncio na presença de outras pessoas. Pode-se, artificialmente, tentar ignorar sua presença, mas o artificialismo da situação é sempre notado e suas inflexões estão geralmente voltadas para a criação de um isolamento artificial. A recusa ao rosto pode se converter em silêncio. No mesmo sentido, Marques e Souza (2016, p. 18) retomam a ideia de que

O rosto é presença viva, é expressão: ele fala sem mediações, pois sua manifestação já é discurso. Por isso, o rosto falante é descrito por Lévinas como o evento da alteridade. A palavra é, para ele, escuta e resposta, uma vez que é recebida e ofertada. A alteridade se comunica através do rosto: é o clamor do outro que me convoca e instaura uma relação irreversível.

Ao mesmo tempo, a presença do rosto do outro nos atravessa, convoca e pede a acolhida que tem início com a relação de comunicação – esse atravessamento está na base de uma relação de comunicação pensada também como fenômeno desestabilizador do fluxo de consciência do sujeito e criador de uma demanda por estabelecer uma relação –

metaforicamente, o rosto do outro desafia ao “fale comigo” decorrente do fato da pessoa não só estar ali, mas ter sua presença reconhecida.

Pensar a comunicação a partir do rosto é recordar certa reflexividade no processo, que, na visão de Lévinas, não se confunde com reciprocidade: a responsabilidade é “sem porquê”, trazendo novamente Zielinski (2004), e não depende da ação do outro para se efetivar. Talvez não seja errado, nesse ponto, procurar uma aproximação com Braga (2011) quando postula a ideia da comunicação como “tentativa” de se chegar ao outro. Não há, nessa “tentativa”, uma expectativa de reciprocidade: a responsabilidade para com o outro se traduz na atitude de tomar a iniciativa do ato comunicacional sem esperar resposta, mas, simplesmente, pela existência do outro.

O ato de compartilhar, nesse sentido, torna-se tentativo uma vez que não depende da reciprocidade do outro para existir – ele existe no momento em que se estabelece o encontro com a alteridade, mesmo que ela não esteja disposta a se envolver nessa trama de maneira direta. A responsabilidade pelo silêncio diante da comunicação do outro é de quem silencia voluntariamente no esforço, artificial, de mostrar para o outro que a diferença de sua relação se traduz em desigualdade e silenciamento.

Entende-se aqui, evidentemente, o silenciamento voluntário decorrente da ausência do sentido de hospitalidade e responsabilidade na violência de ignorar o rosto de outrem; não se está falando, evidentemente, dos silenciamentos provocados por constrangimentos de qualquer outra ordem. Nesse ponto, o silêncio diante do rosto do outro assume condições consideravelmente ambíguas. O silêncio da perplexidade diante da presença da alteridade convive, no cotidiano, com o silêncio da violência diante daquele outro com quem não se quer contato. Rolando (2001, p. 80), problematizando essa relação de violência, afirma que

A oposição implica, de fato, uma resistência. Não porque o outro se apresente como força ou hostilidade: pode ser inerte, indefeso, nu, mas na sua nudez é resistência, enquanto oposição que não se deixa absorver, reconduzir à unidade. [...] Trata-se de uma resistência ética e não física. Por isso, o tirano foge do face-a-face, da dimensão mais original que é a ética.

O rosto do outro convoca para uma responsabilidade infinita à qual ninguém se pode subtrair sem deixar de lado sua condição humana e sem, para isso, fazer um considerável esforço. O ignorar do outro, a recusa a esse sentido de responsabilidade parece ser o negativo do ser imerso em sua ipseidade e, por isso, distante de qualquer comunicação.

Considerações finais

O rosto, condição da comunicação em Lévinas, relaciona-se com a estranheza do outro, com sua alteridade radical, inquietante e irreduzível, que não se deixa conceitualizar, nem se reduzir à familiaridade da representação ou do enquadramento. O rosto nos lança

um apelo que se distancia da hostilidade e se aproxima da hospitalidade que acolhe e, ao mesmo tempo, interroga e demanda uma resposta. Assim, experienciar a face do outro é experienciar um sentido de responsabilidade diante da vulnerabilidade, permitindo que um indivíduo encontre a si mesmo ao atender ao apelo do outro:

[...] trata-se de uma resposta que nenhum outro pode dar em meu lugar. Ao responder ao apelo do outro me afirmo como sujeito único e insubstituível. Eu, não intercambiável, sou apenas na medida em que sou responsável. Posso substituir a todos, mas ninguém pode substituir-me (LÉVINAS, 2007, p. 84).

O rosto do outro me afirma e torna minha própria existência humana ao solicitar-me uma escuta e, ao mesmo tempo, uma palavra. Sob esse aspecto, o dizer estabelece uma relação entre duas liberdades, afirmando a identidade dos interlocutores. Nos reconhecemos quando interpelados pelo rosto do outro: não se trata de submissão, mas de um comando ou apelo feito de uma identidade à outra. O rosto, o humano, abre uma fresta na casca do ser, tornando-o refém do outro, do estrangeiro que bate à nossa porta. A exposição ao outro define as identidades e faz com que o outro se torne importante, vital para a existência do eu.

Assim, a relação com o rosto não se dá pelo conhecimento ou pela via da representação, mas pela sociabilidade, pela comunicação social. Em Lévinas (1995, 2014), o rosto é a base não só das relações sociais, mas da existência de um social, embora não se reduza ao social: ele é a estrutura intersubjetiva a partir da qual a política e a justiça emergem. Como destaca Carrara (2010, p. 131):

Podemos denominar a socialidade pensada por Lévinas como uma comunidade de diferentes sem que a universalização do conceito apague as diferenças. É neste sentido que as individualidades nunca se perdem no todo neutro e anônimo. Os membros de uma tal comunidade conservam a capacidade de uma palavra própria que os impede de se perderem na linguagem universal do conceito. Trata-se de um diálogo de interlocutor a interlocutor.

A abertura comunicacional possibilitada pelo rosto, sob esse aspecto, nos coloca diante não só de um rosto, mas de uma pluralidade de rostos e dos dilemas ligados à resposta que deve ser elaborada a todos eles. Pensar o campo da pluralidade social, pois com os terceiros “passa-se da invisibilidade da relação ética com o rosto à visibilidade dos rostos, ao estar juntos num lugar” (CARRARA, 2010, p. 90). A forma de responder às múltiplas demandas feitas pelos vários rostos que se erguem diante de nós não pode ser algo resolvido apenas no plano da ética, mas requer uma decisão tomada no âmbito da moral e da justiça. A política nasce dessa relação ética e comunicacional que a precede e envolve o acolhimento, o encontro e a responsabilidade. Contudo, a política em Lévinas não se traduz na relação dialética e discursiva de argumentação. A relação configurada pelo encontro com o rosto é

assimétrica e não se reduz à totalidade. É justamente a ética que nasce da escuta da voz do rosto que pode impedir o totalitarismo e a universalização: “toda vez que a política se afastar das exigências de responsabilidade pelo outro tão presentes no face a face” (CARRARA, 2010, p. 92).

O rosto fala, lança seu apelo, em uma situação concreta na qual o sofrimento do outro nos desloca, nos retira de nós mesmos e exige uma palavra. Assim, Lévinas (2014, p. 28-29) enfatiza as dimensões comunicativas e corpóreas da responsabilidade ética:

Os homens que estão à minha volta são tantos! Daí o problema: quem é o meu próximo? Problema inevitável da justiça. Necessidade de comparar os incomparáveis, de conhecer os homens; daí seu aparecer como formas plásticas de figuras visíveis e, de certo modo, “des-figuradas”: como um grupo do qual a unicidade do rosto é como que arrancada de um contexto, fonte de minha obrigação diante dos outros homens; fonte à qual a mesma procura da justiça, afinal de contas, remete e cujo esquecimento arrisca transformar em cálculo meramente político – e chegando até aos abusos totalitários – a sublime e difícil obra da justiça.

Em um primeiro momento, Lévinas (1980) deseja preservar o encontro ético capaz de configurar as identidades dos interlocutores, zelando pela importância que a vida de um sujeito, em sua vulnerabilidade, tem para o outro: “é muito importante para mim que a justiça possa fluir, derivar da preeminência do outro” (LÉVINAS, 2014, p. 35) evitando que a política configure uma forma de julgamento moral que silencie e apague o rosto, os rostos que se erguem diante de nós.

Nesse sentido, Lévinas (1980, 2007) propõe que, diante da multiplicidade de rostos que nos interpelam, decidir a quem responder e de que maneira é um gesto político que envolve a norma e o código moral e ético, mas requer também fraternidade, amizade, vínculos nos quais a responsabilidade enquanto relação ética não significa apenas assumir o fardo do outro ou ajudá-lo a suportar as agruras da existência, mas, sobretudo, carrega algo de espontâneo, intuitivo, de modo que a experiência do rosto do outro e a demanda que dele emana é positiva e enriquecedora, uma vez que “é a partir da existência do outro que minha própria existência se torna humana” (LÉVINAS, 1995, p. 167).

A fraternidade, enquanto responsabilidade por todos os outros, assegura que a justiça possa fluir a partir da inquietação e da não indiferença provocadas pela proximidade do estrangeiro, à quem oferecemos hospitalidade. Ela se posiciona entre a justiça normativa e racional e a injustiça, fazendo “um apelo à ‘sabedoria’ do eu cujas possibilidades não comportam provavelmente nenhum princípio formulável à priori” (LÉVINAS, 2014, p. 35). Eis, a nosso ver, uma importante dimensão estética e ética da política em Lévinas: para ele, a fonte da justiça não está somente no conjunto de normas e valores que conduzem as instituições, mas, sobretudo, nas sabedorias, nas experimentações singulares que, por não

serem captadas e mapeadas pela regra, renovam as passagens entre o Dizer e o Dito, suscitam novos modos de vida fora da regulação disciplinar, atualizam o devir de um comum que, tentativamente, a comunicação busca construir.

Referências

- ALVES, M. A. Ética como filosofia primeira: sabedoria da paz/palavra em Lévinas. **Acta Scientiarum**. v. 34, n. 1, p. 49-58, jan./jun., 2012.
- ALVES, M. A.; GHIGGI, G. Pedagogia da Alteridade: o ensino como condição ético-crítica do saber em Lévinas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 577-591, abr./jun. 2012.
- BRAGA, J. L. Nem rara, nem ausente - tentativa. *In*: XIX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Rio de Janeiro, jun. 2010, **Anais...**
- BRAGA, J. L. Dispositivos interacionais. *In*: XX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Porto Alegre, jun. 2011, **Anais...**
- BRAGA, J. L. Interação como contexto da Comunicação. **Matrizes**, v. 1, p. 25-41, 2012.
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BURNS, L. Identifying Concrete Ethical Demands in the Face of the Abstract Other: Emmanuel Levinas' Pragmatic Ethics. **Philosophy and Social Criticism**, v. 34, n. 3, p. 315-335, 2008.
- CARRARA, O. **Lévinas: do sujeito ético a sujeito político**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.
- COULDRY, Nick. **Why voice matters**. Londres: Sage, 2010.
- FERRARA, L. D'A. A comunicação entre hábito e consciência. *In*: XXI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Juiz de Fora, jun. 2012, **Anais...**
- FERRARA, L. D'A. A epistemologia de uma comunicação indecisa. *In*: XXII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Salvador, jun. 2013, **Anais...**
- GUIMARÃES, C.; LIMA, C. Ser-em-comum: Notas para uma aproximação entre a Ética de Lévinas e a Episteme comunicacional. **Eco-Pós**, v. 16, n. 1, p. 76-89, jan./abr. 2013.
- GOFFMAN, E. **Relations in Public: microstudies of the public order**. New York: Hardcover, 1978.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1983.
- GOFFMAN, E. **Os momentos e os seus homens**. Textos escolhidos e apresentados por Yves Winkin. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1999.
- HUSSERL, E. **Meditações Cartesianas e Conferências de Paris**. Rio de Janeiro: Gen, 2016.
- LÉVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Ed. 70, 1980.
- LÉVINAS, E. **Alterité et transcendence**. Paris: Fata Morgana, 1995.
- LÉVINAS, E. **Ética e Infinito**. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- LÉVINAS, E. **Entre nós**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LÉVINAS, E. **A violência do rosto**. São Paulo: Loyola, 2014.
- LÉVINAS, E. **Deus, a morte e o tempo**. Lisboa: Ed. 70, 2015.
- LÉVINAS, E. **Autrement qu'être**. Paris: Livre de Poche, 2016.

- LIESEN, M. Por uma comunicação como acolhimento e impossibilidade. **Intexto**, Porto Alegre, n. 26, p. 81-97, jul. 2012.
- LIMA, V. Repensando as teorias da comunicação: notas para um debate. *In*: MARQUES DE MELO, J. (Org.). **Teoria e Pesquisa em Comunicação-Panorama Latino Americano**. 1a. Ed. São Paulo, SP: Cortez Editores, p. 85-99, 1983.
- MARCONDES FILHO, C. O outro como um mistério e o feminino como a alteridade absoluta. Sobre a recuperação do face-a-face na comunicação em Emmanuel Lévinas. **Matrizes**, n. 1, v. 1, p. 55-74, out. 2007.
- MARCONDES FILHO, C. De repente, o prédio falou comigo. *In*: XX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Porto Alegre, jun. 2011, **Anais....**
- MARCONDES FILHO, C. A Comunicação no sentido estrito e o Metáporo. *In*: XXI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Juiz de Fora, jun. 2012, **Anais....**
- MARCONDES FILHO, C. **Das coisas que nos fazem pensar. Discussão sobre a Nova Teoria da Comunicação**. 1. ed. São Paulo: Ideias de Letras, 2014.
- MARCOS, M. L. Comunicação, experiência e a questão do reconhecimento. Entrevista a Reges Schwaab. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 241-251, jul./dez. 2010.
- MARQUES, A.C.S.; BIONDI, A. Omayra: reflexões sobre o rosto, uma fotografia e suas políticas. **Galáxia**, v. 33, p. 145-157, 2016.
- MARQUES, A. C. S.; SOUZA, F. C. V. Ultraje do rosto: embates discursivos e reconhecimento da liderança feminina na Petrobras. **Revista Organicom**, v. 13, p. 56-69, 2016.
- MARQUES, A. M. S.; MARQUES, A. C. S. Um rosto para Domingas: hospitalidade e reconhecimento na criação narrativa de uma identidade feminina em Dois Irmãos, de Milton Hatoum. **Ipotesi**, v. 21, p. 46-63, 2017.
- MARQUES, A. C. S.; BIONDI, A. (In)visibilidade de mulheres sem rosto: ética e política em imagens fotográficas de Teresa Margolles. **Comunicação e Sociedade**, v. 32, p. 269-286, 2017.
- MARQUES, A. C. S.; SOUZA, F. C. V. O dizer do rosto na paisagem vestigial do holocausto e o gesto político do olhar na montagem fotográfica. **Devires**, v. 13, p. 14-49, 2017.
- MARQUES, A.C.S.; MARTINO, L.M.S. O rosto na imagem, a imagem sem rosto: enquadramento biopolítico de mulheres empobrecidas em fotografias jornalísticas sobre o Programa Bolsa-Família. *In*: XXI ENCONTRO ANUAL DA ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política). Porto Alegre, set. 2018, **Anais....**
- MARTINO, L. C. História e Identidade: Apontamentos Epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional. *In*: 13º. ENCONTRO DA COMPÓS. São Bernardo do Campo, junho 2004, **Anais....**
- MARTINO, L. C. Abordagens e representação do campo comunicacional. *In*: XIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Bauru, jun. 2006, **Anais....**
- MARTINO, L. C. **Teorias da Comunicação: muitas ou poucas?** Cotia: Ateliê, 2007a.
- MARTINO, L. C. Uma questão prévia: existem teorias da comunicação? *In*: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Santos, 6-9 set. 2007b, **Anais....**
- MARTINO, L. M. S. A ilusão teórica no campo da comunicação. **Revista FAMECOS**, v. 36, p. 120-130, 2008.
- MARTINO, L. M. S. **Teoria da Comunicação - Ideias, escolas e métodos**. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MARTINO, L. M. S. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. **Parágrafo**, v. 4, p. 41-49, 2016.
- MENEZES, M. M. O pensamento de Emmanuel Lévinas: uma filosofia aberta ao feminino. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 13-30, jan./abr. 2008.

- POIRIÉ, F. **Emmanuel Lévinas**: ensaio e entrevistas. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- RICOEUR, P. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- ROLANDO, R. Emmanuel Lévinas: para uma sociedade sem tiranias. **Educação & Sociedade**, n. 76, p. 76-94, out. 2001.
- SANTOS, M. L. L. Q. **Subjetividade como responsabilidade em Lévinas**: quando a alteridade atravessa o sujeito. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado), 2004.
- SERRA, P. Proximidade e Comunicação. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, s. d. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- SOUZA, F. C. V.; MARQUES, A. C. S. Rosto e cena de dissenso: aspectos éticos, estéticos e comunicacionais de constituição do sujeito político. **Questões Transversais**, v. 4, n. 7, p. 17-28, jan./jun. 2016.
- SOUZA, F. C. V.; MARQUES, A. C. S. Discours de haine sur Internet: entre la violence du cadrage biopolitique et le langage éthique du Visage. **Communication, technologie et développement**, v. 4, p. 9-25, 2017.
- SOUZA, F.V.; COELHO, T.; MARQUES, A. O rosto na imagem, a imagem sem rosto. In: XXV ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7-10 jun. 2016. **Anais...**
- SOUZA, F. C. V. ; COELHO, T.; MARQUES, A. C. S. A vulnerabilidade e o rosto em imagens de sujeitos empobrecidos: notas para pensar outramente a relação entre estética e política. **Parágrafo**, FIAM-FAAM, v. 5, p. 51-65, 2017.
- SOUZA, R. T. **Sentido e alteridade**: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- TRIVINHO, E. **O mal-estar na teoria**. São Paulo: Quadrant, 2001.
- WILLIAMS, R. **Television**: Technology and Cultural Form. London and New York: Routledge, 1974.
- WOLTON, D. **É preciso salvar a Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2008.
- WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- ZIELINSKI, A. **Lévinas**: la responsabilité est sans pourquoi. Paris: PUF, 2004.

Luis Mauro Sá Martino

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero e pesquisador da Faculdade Cásper Líbero, SP. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Foi pesquisador-bolsista na Universidade de East Anglia, na Inglaterra e é autor dos livros “*Métodos de Pesquisa em Comunicação*” (Vozes, 2018), “*Teoria da Comunicação*” (Vozes, 2009), “*Comunicação e Identidade*” (2010) e “*The Mediatization of Religion*”, publicado pela editora britânica Routledge em 2016. Publicou, em co-autoria com Ângela Marques, o livro “*Ética, Mídia e Comunicação*” (Summus, 2018). E-mail: lmsamartino@gmail.com.

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. É pesquisadora do CNPq e tem pós-doutorado na Universidade Stendhal, Grenoble III, na França. É autora dos livros “*Apelos solidários*” (Intermeios, 2017), escrito com

Angie Biondi; “*Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière*” (Appris, 2018), com Marco Aurélio Prado; e “*Ética, Mídia e Comunicação*” (Summus, 2018), com Luis Mauro Sá Martino. É organizadora do livro “*Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas*” (SELO PPGCOM, 2018). E-mail: angelasalgueiro@gmail.com.

Recebido em: 01.06.2019

Aprovado em: 31.07.2019

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

